

Em Homenagem ao PPGG pelos seus 50 Anos: Relatos e Comentários

A Homage to the PPGG at 50: Comments and Reports

Jorge Soares Marquesⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro;
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Em caráter de homenagem, este trabalho apresenta uma contribuição de comentários e relatos sobre os 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Destaca a atuação dos professores que criaram e contribuíram para uma trajetória importante e de sucesso na formação no Brasil de Mestres e Doutores em Geografia.

Palavras-chaves: PPGG-UFRJ; Pós-Graduação em Geografia; Geografia Brasileira.

Abstract: This article pays tribute the Postgraduate Programme in Geography of the Federal University of Rio de Janeiro at the time of fifty years since its founding. The role of the professors who created the programme is highlighted. These geographers are shown to have exercised considerable influence of the development of Geography in Brazil through successive generations of postgraduate researchers who passed through the Master's and Doctor's degrees.

Keywords: PPGG-UFRJ; Postgraduate Courses in Geography; Brazilian Geography.

Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), do Departamento de Geografia (DG), do Instituto de Geociências (IGEO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), está completando 50 anos. E a UFRJ foi a primeira Universidade Federal a implantar um curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia, com o Mestrado em 1972. O nível de excelência alcançado, em avaliações de seu desempenho, tem estado presente em sua trajetória ao longo de sua existência.

Tenho muita satisfação em poder parabenizar esse Programa, pela data que neste ano está comemorando e pelo valor de seu desempenho na história da Geografia Brasileira, com sua efetiva contribuição na formação de Mestres e Doutores em Geografia. Trago comigo o reconhecimento que eu e, certamente, meus colegas e ex-alunos sentimos pelo que ele nos proporcionou em nossas formações e no desenvolvimento de

ⁱ Professor Adjunto aposentado. jorgesm@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-3715-851X>

nossas atividades profissionais. Tenho, ainda, em minha carreira, a honra de também ter participado, ao longo de duas décadas, de seu Corpo Docente.

Mais do que compartilhar da alegria das comemorações, espero que os meus relatos e comentários se juntem a outros sobre o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Aqui, acrescento e reitero fatos e interpretações que julgo serem importantes registros para sua história.

Para as novas gerações nem sempre há a oportunidade de conhecer os contextos que envolveram acontecimentos passados. Com isso, muitas vezes, aparecem apenas os nomes das pessoas protagonistas, ficando de lado o quanto elas eram e se fizeram importantes na concretização de fatos que marcam histórias. Faltavam no passado as facilidades, hoje existentes, de registros e oportunidades de divulgações amplas do que acontecia. Relatos com descrições e interpretações dos que viviam na época dos acontecimentos passados são possíveis fontes de informação, muitas vezes as únicas passíveis de consulta.

Circunstâncias, infraestruturas e as tecnologias disponíveis em uma época não devem deixar de merecer menções, pois sempre permitem compreender o quanto os propósitos frente às dificuldades foram capazes de impulsionar iniciativas que trouxeram resultados relevantes, ampliando os méritos pessoais dos envolvidos.

Felizmente, hoje existem linhas de trabalhos de pesquisa voltadas para a elaboração de biografias de professores/pesquisadores, enfocando suas contribuições para o ensino e a pesquisa geográfica, assim como o resgate de fatos, contextos de épocas e personagens principais.

Nessa direção, entre outros trabalhos, o livro de autoria de Monica Sampaio Machado, *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*, de 2009, merece destaque e consulta. Ele descreve e analisa, a partir de criteriosa pesquisa, o desenvolvimento da Geografia no Rio de Janeiro, focalizando personagens e instituições que marcaram também a História da Geografia Brasileira. A última parte é dedicada à abordagem da criação e os resultados das primeiras décadas do PPGG da UFRJ.

Estar presente num período importante da vida do Departamento de Geografia da UFRJ foi um privilégio gravado em minha memória.

Acredito que, como os demais alunos da primeira turma de Mestrado, da qual fiz parte, eu tenha a contribuir, principalmente quanto ao que mais de perto vivenciei: as grandes mudanças que ocorreram no Departamento de Geografia; os primeiros anos do Programa; e a abertura e a consolidação de linhas de pesquisa de reconhecido valor para ampliação e aplicação do conhecimento geográfico.

Sinto, portanto, que é a oportunidade de apresentar a todos, que hoje convivem ou conhecem o Departamento, na Ilha do Fundão no Rio de Janeiro, uma visão das condições que os professores dispunham e das dificuldades enfrentadas para desenvolver os cursos de Graduação e de Pós-Graduação.

O que apresento cobre principalmente o período de 1966 até 1972, que antecede e inclui a gestação da criação do PPGG, e daí até 1999, ano em que deixei a UFRJ. Além do que será colocado sobre os professores que iniciaram o curso, creio poder fazer um relato mais longo quanto à participação do Prof. Jorge Xavier da Silva, pois fui seu bolsista de iniciação científica, seu orientando de Mestrado e seu colega.

Um Departamento com Tradição na Geografia Brasileira

Em 1966, graças à boa base que tive no colégio público onde estudei, no curso secundário, fui um dos 14 aprovados no vestibular para o ingresso no curso de graduação em Geografia, da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), da Universidade do Brasil (UB). As provas eram organizadas, aplicadas e corrigidas pelos professores dos cursos em que os alunos se inscreviam.

No vestibular da Geografia, a cobrança de conhecimentos específicos em questões discursivas era grande e o número pequeno de vagas oferecidas pressupunha um processo muito seletivo para o ingresso na Universidade. Nas provas de Geografia Física, Regional e do Brasil, além de perguntas, eram pedidas dissertações, cujos temas bem ilustravam o nível de exigência. Como exemplos, cito os temas das dissertações do meu vestibular: o papel da ação dos processos endógenos e exógenos na formação dos relevos; a importância da industrialização no desenvolvimento regional da Europa (nos séculos XVIII e XIX) e a existência de “Dois Brasis” em nosso território (em relação ao seu estágio de desenvolvimento social e econômico).

Eram três anos para se tornar bacharel (na FNF) e um ano para a Licenciatura (na Faculdade de Educação e no Colégio de Aplicação). As disciplinas eram ministradas em um ano, com aulas pela manhã. O sistema de aprovação das disciplinas era “complicado” e demandava um intenso envolvimento de tempo, na realização de trabalhos pelos alunos e nas avaliações dos professores. Eram cobradas muitas leituras e apresentações em seminários, numa época em que existiam poucos livros-texto em português, e poucos periódicos disponíveis para a Geografia. Ainda não existia o xerox. A novidade era o fax, acessível para poucos, e as cópias heliográficas mais usadas para reproduzir poucos documentos. As bibliotecas no centro da cidade do Rio de Janeiro, como a do então Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Nacional, eram também opções, entre outras, que podiam ser utilizadas para atender aos trabalhos dos alunos para aulas, atividades de pesquisa e estudos para as provas.

Para cada disciplina eram exigidas anualmente duas provas, chamadas de parciais, realizadas no final de cada semestre. Para ter o direito de prestar as parciais, era necessário obter uma média igual ou superior a 5, em provas e exercícios realizados em cada semestre. Não obtendo a média, a nota da parcial era considerada 0 (zero). Para avaliar a situação final do aluno, apenas a soma dos pontos das duas parciais definia a situação: Aprovação direta = 14 pontos ou mais; de 10 aos 14 pontos = Fazer uma prova oral; de 7 aos 10 pontos = Fazer uma nova avaliação com uma prova escrita e uma oral; de 3 aos 7 pontos = Ir para a segunda época, antes do início do ano letivo seguinte, com uma prova escrita e uma oral; de 0 a 3 = Repetir a Disciplina. As provas orais tinham bancas constituídas. A média mínima de aprovação era 5.

A faculdade estava localizada num edifício na Avenida Antonio Carlos, no Centro do Rio de Janeiro. O prédio onde foi instalada pertencia anteriormente à Embaixada da Itália, e foi confiscado pelo governo brasileiro quando da entrada do país na II Guerra Mundial.

No primeiro andar, funcionava o bandeirão dos estudantes e existia um belo saguão de entrada, revestido de mármore que diziam ser de Carrara, com dois elevadores.

Nos outros andares, funcionavam a administração da faculdade e os cursos de bacharelado. A Geografia tinha um espaço modesto nos 7º e 8º andares, poucas e pequenas salas, incluindo as de aula, e um pequeno anfiteatro. Na cobertura do prédio estavam instaladas as salas do Centro de Estudos de Geografia do Brasil, abrigando uma área para trabalhos e estudos, uma biblioteca e mapotecas (com grande acervo de mapas nacionais e estrangeiros).

Para os trabalhos de campo das disciplinas, os alunos chegavam aos locais combinados viajando nos transportes coletivos da cidade e levando de casa lanches. Como a minha turma era pequena, teve a vantagem de contar, em alguns trabalhos, com a kombi do Prof. Jorge Xavier da Silva (Geomorfologia); duas caminhonetes disponibilizadas pelo Prof. Waldemar Mendes (Pedologia); e a caminhonete do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil. Esta última era utilizada prioritariamente em atividades de pesquisa e na grande excursão oferecida para os alunos do último ano.

Quando ingressei, eu não tinha conhecimento da história do curso e de sua participação no cenário brasileiro da Geografia. Não tinha noção da importância dos professores que fizeram parte no passado de seus quadros docentes e da qualificação e do valor dos que seriam meus mestres.

É possível, até hoje, que os novos graduandos (calouros), em sua imensa maioria, não façam ideia do valor e competência dos Professores que formam os quadros docentes dos cursos em que ingressam, muito menos ainda daqueles que fizeram parte dele no passado. Países como o nosso, de grandes contrastes sociais e econômicos, tenderam a estabelecer nos seus maiores centros urbanos os seus mais expressivos núcleos produtores de atividades de ensino e pesquisa. O Rio de Janeiro, por sua antiga condição de capital do Brasil, e a capital de São Paulo, posteriormente, pelo grande crescimento econômico do estado, assumiram essa condição. Assim, ambos os centros, tiveram a possibilidade de na Geografia, como em outras áreas, receber maiores apoios para essas atividades. Seus quadros de pessoal, puderam contar com a presença de renomados profissionais, brasileiros e estrangeiros exercendo significativos papéis na construção e difusão do ensino e do conhecimento científico no país.

Não poderia deixar de mencionar a diferença para os dias de hoje. O país já conta com muitos centros capazes de, em diversas áreas, gerar oportunidades de criação de núcleos de ponta no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. Mais ainda, agora é possível contar com o acesso e obtenção de conhecimentos que podem ser difundidos e obtidos, mesmo fora dos grandes centros urbanos, graças aos novos meios de comunicação, que cada vez mais vão sendo disponibilizados para a população.

Aos poucos fui conhecendo mais sobre as três décadas de existência do Departamento, sua tradição e a importância dos professores que fizeram parte de seu quadro docente e que se notabilizaram na história da Geografia brasileira. Em 1966, o Departamento já não contava com os catedráticos Josué de Castro, Hilgard O'Relley Sternberg e Victor Ribeiro Leuzinger, primeiros nomes cuja presença e atuação no Departamento tive conhecimento. Em seus lugares, suas antigas assistentes assumiam a responsabilidade de conduzir as principais linhas de pesquisa trabalhadas no Departamento: Bertha Koiffmann Becker, Lucy Freire, Maria do Carmo Corrêa Galvão, Maria Luiza Fernandes Pereira, Maria Theresinha de Segadas Soares e Jorge Xavier da Silva, já na condição de efetivo.

Ele tinha sido inicialmente contratado por indicação da Profa. Maria Luiza Fernandes Pereira, passando a dividir com ela os rumos da Geografia Física no Departamento.

Lembro que esse meu tempo de estudante foi cheio de atividades extracurriculares. cursos e palestras, de professores e geógrafos do Rio de Janeiro e de outros estados, eram constantemente realizados pelos Departamentos de Geografia do Rio, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Seção Regional do Rio de Janeiro da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Era também uma ocasião de muita repressão às atividades estudantis.

Desde 1964, com implantação do governo militar, as universidades passavam por um período de dificuldades, com perseguições políticas que resultavam em afastamentos e prisões de professores e alunos, assim como o fechamento e a proibição de atividades dos centros acadêmicos e das entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Na Avenida Presidente Antônio Carlos, muitas vezes, caminhões de batalhões de choque ficavam estacionados ao lado da calçada do bandeirão, no térreo do prédio da FNFi, onde se fazia a fila de entrada dos estudantes no horário do almoço. Era uma atitude provocativa, não raro resultava em correrias de fuga dos estudantes para se livrarem de cassetetes. Havia também, por parte dos alunos, a preocupação com a presença de falsos estudantes, que se infiltravam para delatar colegas e atividades subversivas.

As Primeiras Transformações

O ano de 1968 foi de grandes ações repressivas da Ditadura. Ao mesmo tempo, foi a época da promulgação e implementação de leis que estabeleceram e impuseram normas de funcionamento de instituições no país, como foi o caso da Reforma Universitária. Desde 1960 já aconteciam movimentações e discussões no sentido de serem estabelecidas transformações no ensino universitário brasileiro, inclusive pela crescente demanda sobre uma pequena oferta de vagas.

A Universidade do Brasil passou a ser chamada de Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Faculdade Nacional de Filosofia foi extinta e seus cursos foram grupados em centros (decanias). Foi extinta a figura do catedrático. A Geografia passou a fazer parte do Instituto de Geociências (IGEO), do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). No IGEO, hoje continuam funcionando os cursos de Geografia, Geologia e Meteorologia. Anteriormente ele contava com o Departamento de Astronomia, situado ao lado do Observatório Astronômico do Valongo, também pertencente à UFRJ, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e um ramo da Engenharia Civil, que se colocava voltado para as práticas ligadas à Cartografia, que não chegou a constituir um departamento e logo se extinguiu.

A Reforma foi responsável por profundas modificações no ensino superior do Brasil. A influência europeia, principalmente a francesa, foi substituída pela americana. O vestibular passou a ser unificado, estabelecendo uma maior quantidade de vagas a serem preenchidas, a partir de uma aprovação obtida pela avaliação de conhecimentos mais gerais.

Modificações curriculares aconteceram. Foram estabelecidas várias normas, sendo que umas continuaram até hoje e outras foram sendo modificadas ou mesmo extin-

tas. O oferecimento das disciplinas, caracterizadas como obrigatórias e eletivas, era semestral e os alunos podiam escolher as que queriam fazer, salvo as que tivessem pré-requisitos não cursados, como hoje. As notas para aprovação foram substituídas por conceitos, que não se mantiveram por muito tempo como padrão de avaliação. A ideia de um ciclo básico geral não chegou a ser implementada. De certo modo, o que prevaleceu foi ele existir, mas levando em conta a possibilidade de atender a cada curso. No caso da Geografia, implicou no estabelecimento de um ciclo comum para a formação dos licenciados e geógrafos, em cada universidade, gerando discussões e modificações curriculares ao longo do tempo, em relação às disciplinas escolhidas e à quantidade e obrigatoriedade delas. Apesar de terem sido montadas comissões buscando criar propostas, em diferentes épocas, para a definição de um currículo mínimo comum para a formação de geógrafos em todos os cursos de graduação, nenhuma proposta foi implantada.

Quanto à concessão do registro de geógrafos, conflitaram interesses entre a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), que em seu novo estatuto conferia direitos iguais para estudantes e profissionais, com as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), órgão que alguns admitiam estar sendo direcionado para ser regulador de todas as profissões no país. Para o CREA, cada tipo de profissão teria que ter um currículo mínimo, obrigatório para garantir um aprendizado básico similar em todos as instituições responsáveis pelo mesmo tipo de formação profissional. Vedava a participação junto a ela de representantes de entidades que podiam eleger estudantes nos seus quadros de direção. Até hoje muitos problemas ainda aparecem nessas relações.

Além do aumento de alunos, os professores assumiram um aumento de carga de trabalho estabelecida pelo novo currículo, que só aos poucos foi sendo resolvido com a contratação de novos professores.

A Geografia no Largo de São Francisco

As dependências do Instituto de Geociências ainda não estavam concluídas na Ilha do Fundão e, pela necessidade de saída do prédio da FNFi (para ser devolvido ao Governo Italiano), seus cursos foram instalados provisoriamente no antigo prédio da Escola Politécnica no Largo de São Francisco. Cinco fatos merecem menção, nessa nova fase:

O primeiro refere-se à ida da Geografia para o IGEO. Muitas opiniões e interpretações apontam que a decisão tomada foi uma estratégia que daria à Geografia uma oportunidade de crescer, face à sua relativamente recente independência, com o seu desligamento do curso de História, e ficar longe de focos visados pela repressão, saindo da área do Centro de Ciências Sociais. Lembro, sem discutir, das muitas polêmicas sobre a dicotomia da Geografia em ter duas vertentes rotuladas como humana e física. A presença de sua área física acabou permitindo classificar a Geografia, na Reforma, em outro grupamento, no IGEO, no CCMN. No Instituto, a Geologia era o curso que nele chegou com uma infraestrutura já organizada e que, apesar de ter deixado de ser uma unidade independente, desfrutava de maior prestígio. A Geografia, não mais contanto com o prestígio de ilustres catedráticos e por sua relativamente recente independência, de certa forma se encontrava num processo de construção e de afirmação.

O segundo foi a criação e funcionamento de um primeiro laboratório nas instalações provisórias. Além do aprendizado da fotointerpretação, em salas comuns, passaram a existir atividades práticas de aula e pesquisa em Geomorfologia e Pedologia no novo laboratório.

O terceiro diz respeito à chefia do Departamento que, pelas novas regras impostas, teria que ser exercida pelo professor possuidor da mais alta titulação no Departamento e, ainda, teria que existir um corpo deliberativo, formado por membros indicados para representar as categorias docentes. A professora Lucy Freire, única titular, apresentou-se à direção do instituto reivindicando o cargo, sendo então nomeada para exercer a chefia do Departamento, pelo diretor também nomeado pela reitoria. Os professores, em reunião, aprovaram que todos teriam direito a voz e votos nas questões relativas ao Departamento e que um Conselho Deliberativo seria formado, mas com o compromisso de assumir e encaminhar as decisões apoiadas pela maioria. É necessário mencionar que a chefe do Departamento passou a acatar as decisões aprovadas em reuniões pelos professores, durante suas gestões, que terminaram em 1978. A indicação do novo chefe foi submetida à aprovação de todos os professores e o que tomou posse não era mais o titulado docente.

Mais adiante, passaram a existir dois núcleos de gestão de cursos: o Departamento responsável pela Graduação, com todos os professores, e a Pós-Graduação, com os professores qualificados com doutores.

O quarto refere-se à forma de o professor se qualificar. O caminho era obter o título de livre-docente. Cabia ao professor ter um currículo de peso e preparar uma tese, a ser defendida perante a avaliação de uma banca constituída, segundo as normas vigentes, por renomados profissionais. Se aprovado, ganhava o título de livre-docente. Com a Reforma, o Mestrado e o Doutorado passaram a ser os caminhos de qualificação. Mais adiante o título de livre-docente foi equiparado ao Doutorado.

O quinto diz respeito à abertura, pelo novo estatuto, da possibilidade de todos os docentes, independente do seu nível nas categorias da carreira, assumirem a possibilidade de elaborarem e dirigirem projetos de pesquisa, assim como concorrerem aos apoios oferecidos pela Universidade e pelas instituições de fomento dessas atividades. As regras estabelecidas acabaram permitindo aberturas que ampliaram os direitos e responsabilidades dos menos graduados, no acesso aos cargos administrativos e de colegiados na Universidade.

A Ida para a Ilha do Fundão e a Criação do PPGG

A mudança efetiva de todo o Departamento para o campus da UFRJ, na Ilha do Fundão, ocorreu no início de 1973. Três pequenos blocos, em princípio, estavam destinados para as atividades administrativas de cada Departamento. Um bloco de três andares para a Geologia. Um de um andar para a Geografia, e um bloco de dois andares, tendo um andar ocupado pela Meteorologia e outro dividido entre a Engenharia e a Geografia. Um ramo da Engenharia foi agregado ao Instituto, pelo que soube, na época, com a perspectiva de se criar um curso específico de Cartografia.

Alterações na ocupação ocorreram. Entre elas, no bloco de dois andares, a área do 1º andar continha duas salas da Cartografia do curso de Geografia (uma para aula e outra

para o professor), um Laboratório de Práticas de Geografia Física e outro de Pedologia. A participação de um novo curso vinculado à Engenharia nesse bloco não ocorreu. A sala de aula da Cartografia da Geografia foi trocada por outra, para ser provisoriamente a Biblioteca do CCMN, que depois se transferiu para uma área da Decania. Posteriormente, a Geografia começou a crescer e gradativamente passou a ganhar e ocupar quase todo o espaço disponível no andar, com laboratórios e salas de professores.

Os Profs. Maria do Carmo, Maria Luiza e Xavier participaram ativamente na definição e distribuição das dependências do Departamento incorporadas no projeto e no acompanhamento das obras de construções do prédio na Ilha do Fundão.

No terceiro quarto do século XX, os professores do Departamento tinham vivenciado e participado de vários acontecimentos importantes para a Geografia: o crescimento do prestígio das atividades acadêmicas de ensino e pesquisa; a realização no Rio de Janeiro do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI); o valor conferido aos trabalhos realizados pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) do IBGE, uma autarquia que era vinculada diretamente à Presidência da República; o crescimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) nacional e seus principais núcleos, promovendo eventos e congressos; os novos currículos do Bacharelado e da Licenciatura em Geografia com a Reforma Universitária e a expansão da oferta de vagas no ensino superior; e a regulamentação da profissão de geógrafo. Eram professores maduros profissionalmente, que acumulavam experiência, capazes de visualizar e nortear os caminhos do desenvolvimento de suas atividades e responsabilidades, em um novo espaço de trabalho.

Na Ilha do Fundão, o IGEO e os departamentos, embora dispusessem de um grande espaço físico, tiveram que enfrentar muitas dificuldades, pois estavam numa área isolada dentro da cidade do Rio de Janeiro.

O acesso era difícil e não havia uma infraestrutura interna para atender às necessidades mínimas do dia a dia, perdurando tal situação por quase duas décadas. O bairro de Bonsucesso, indo de carro, era o local mais próximo contendo comércio e serviços, como papelarias, bancos e correios. No Departamento existia apenas um telefone na Secretaria. Um funcionário ficava de plantão para atender quando tocava e chamar quem estava sendo procurado. Muito lentamente, as dificuldades foram sendo minimizadas. Por exemplo: no início da instalação da universidade, só havia uma entrada para a Ilha do Fundão, pela estrada que ligava a cidade à Ilha do Governador; poucos ônibus da universidade circulavam internamente na ilha; demorou muito para que um maior número de linhas de ônibus da cidade desviassem seus percursos para passar por ela; quando da abertura de uma agência de correios, localizada fora da quadra de blocos do CCMM, a Pós-Graduação teve que abrir uma caixa postal e designou um funcionário para, pela manhã e à tarde, ir a pé até lá, para levar e apanhar correspondência; a questão da alimentação era problemática e foram aos poucos surgindo pequenas cantinas nos prédios, depois novos bandejões, restaurantes e, em áreas abertas, os trailers.

Já no início da ocupação dos prédios do Instituto apareceram muitos problemas, entre outros: a urbanização do entorno dos blocos não existia; os aparelhos centrais de refrigeração de cada pavimento nunca foram instalados (ficando como testemunhos os abandonados dutos no interior dos tetos rebaixados dos corredores); os quadros de

energia elétrica não previam instalações de aparelhos de ar condicionado nas salas; não existiam interruptores para desligar as luzes; as grandes janelas de vidro ampliavam em muito as condições de calor das dependências (não tinham cortinas ou persianas); a área externa dos prédios não recebeu trabalhos de urbanização; vários pisos de tacos e divisórias de madeira prensada de salas foram destruídos pela ação de cupins (provenientes do material de aterro sobre o qual os prédios foram construídos); as calhas pluviais do telhado favorecendo a penetração de água nas lajes e no interior dos prédios (foram mal dimensionadas); as paredes externas do primeiro andar eram na parte de baixo de placas de amianto e na parte superior de vidro (não existiam muros em torno dos prédios para dar segurança); os prédios não tinham caixas d'água; e o antigo mobiliário trazido da FNFi foi fundamental para garantir que o Departamento de Geografia tivesse condições mínimas de funcionar (os novos e poucos móveis demoraram a chegar).

A implantação de um novo nível de ensino, além da graduação, implicava em existirem, nos cursos de Geografia, no mínimo um grupo de professores titulados como livre-docentes, doutores ou os que poderiam ser avaliados pelas universidades como possuidores de reconhecido saber para atuar nos programas, apenas não podendo orientar. Nos anos da década de 1970, na Geografia, em poucas universidades foram criados Programas de Pós-Graduação. Apenas a USP (1971), a UFRJ (1972), a UFP (1976) e UNESP-Rio Claro (1977) implantaram cursos de Mestrado. Isto não ocorreu em outras universidades, por falta de iniciativa dos docentes, por falta de apoio ou, principalmente, pela pequena presença de professores titulados para tal missão. Só no Programa da USP (1971) passou a existir o Doutorado para a Geografia Humana.

Na Geografia da UFRJ já existia uma tradição e uma disposição de frequentemente serem oferecidos cursos de Extensão, de Aperfeiçoamento e Especialização, contando com a participação de professores convidados. Uma experiência, com maior dedicação de carga horária, ocorreu com a implantação de um curso Especial, que acabou apenas durando um ano, para a formação de geógrafos, tendo com público alvo, principalmente, alunos graduados apenas como licenciados em Geografia. Eram poucas disciplinas, que foram lecionadas pelos mais qualificados professores do Departamento, contemplando temáticas de Práticas de Pesquisa nas Geografias Urbana, Rural e Física. A turma era pequena e tinha alunos de outros estados. Os trabalhos de cada disciplina, feitos individualmente ou em grupos, eram como monografias de graduação e incluíam pesquisas de campo.

Não tive conhecimento da causa principal da descontinuidade do curso. Era um curso de Bacharel para quem já possui a Licenciatura em Geografia, não seguindo um caminho nos moldes estabelecido para a Pós-Graduação pela CAPES, pois não tratava da qualificação de pessoal em um nível superior à Graduação. Sua permanência acabaria sendo prejudicial para diminuir a potencialidade de iniciativas maiores e mais importantes, pois o Quadro Docente do Departamento era pequeno. Além disso muitos cursos, no Brasil, voltados à Licenciatura, passaram a ter um caminho também para a formação de geógrafos, com ofertas de vagas nesse sentido.

Havia um grupo de professores, embora pequeno, qualificado e experiente que, por suas presenças e atuações, já assumiam posições capazes de elevar a Geografia da UFRJ a um novo patamar. Circunstâncias apareceram. Informações tardias da oportunidade

de serem criados cursos de Pós-Graduação e do próprio interesse da Universidade nesse sentido, chegaram indiretamente ao Departamento. A Profa. Maria do Carmo Corrêa Galvão, vislumbrando as possibilidades da Geografia, assumiu a iniciativa de liderar a construção do projeto, buscando o apoio de setores da Universidade e passando a contar com o compromisso de trabalho de um grupo de professores: Bertha Koifmann Becker; Maria Theresinha Segadas Soares; Lysia Maria Cavalcante Bernardes e Jorge Xavier da Silva. Este último, o mais novo, estava completando seu doutorado e tinha assumido, junto com a Profa. Maria Luiza, o desenvolvimento da Geografia Física no Departamento.

Para uma Universidade como a UFRJ, a possibilidade da criação de um primeiro curso de Pós-Graduação numa área, não deixava de ser uma iniciativa válida e de interesse, passível de respaldo, se bem estruturada e fundamentada, por poder contribuir para ampliar a sua posição de destaque e liderança no âmbito nacional.

Embora pequeno, o grupo reunia pessoas com qualificações e méritos para elaborar e encaminhar um projeto que adiante se mostrou com propósito relevante e viável. Afinal estavam num caminho com dificuldades, mas que souberam trilhar e usufruir do que era favorável no contexto para a realização do objetivo proposto: a criação da Pós-Graduação.

Houve empenho de todos em trabalhar em prol da concretização do projeto, para o qual suas capacidades e compromissos tiveram uma grande importância. A iniciativa e o reconhecimento da competência da Prof. Maria do Carmo a levou, além de assumir a liderança no projeto e arcar, posteriormente, com o ônus da Coordenação do Programa, que não contou inicialmente em sua gestão com a participação de funcionários administrativos habilitados. Nessa empreitada continuou com o grupo de professores que também assumiram, com suas capacitações e prestígios, dentro e fora da Universidade, o apoio e o trabalho docente necessário.

Nas novas dependências do Departamento na Ilha do Fundão, em 1972, o curso de Mestrado foi instalado e seu comprometimento com as diretrizes da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) ficou evidente. Tendo um Corpo Docente relativamente pequeno, para cumprir exigências de ofertas de disciplinas, buscou meios para a contratação de professores para o Programa. Além disso, o envolvimento de carga horária com a Pós-Graduação ensejou também a abertura de vagas para professores na Graduação, que por sua vez passaram a ter maior oportunidade de se qualificarem, fazendo o Mestrado.

O Mestrado tinha uma grande carga horária ocupada por muitas disciplinas e a integralização do tempo do curso era maior que a atual. Além do número maior de disciplinas a concluir, existiam muitas dificuldades de obter informações e dados necessários ao desenvolvimento das dissertações. Hoje existem mais facilidades. Entretanto, é necessário reconhecer que o valor das bolsas, concedidas para os alunos, nos primeiros anos do Mestrado permitia uma dedicação mais exclusiva ao curso, o que não acontece mais hoje.

Um outro aspecto a considerar eram as exigências do curso. Se os professores já cobravam muito de seus alunos de Graduação, no novo curso ampliaram seus hábitos. Isto ficou logo muito evidente na Disciplina Obrigatória, no 1^a semestre, ministrada pelos Profs. Berta, Maria do Carmo e Xavier. A carga dessa Disciplina era dividida pelos três e cada um se apresentou indicando e cobrando muitas leituras, participações em suas aulas e de um trabalho final.

Concluir os trabalhos das disciplinas e principalmente os das dissertações, não era tarefa fácil e demandava bastante tempo. Quase sempre o autor levava seu trabalho escrito a um profissional, para datilografar o texto e as tabelas originais definitivas, não escapando do uso de borracha para apagar erros. Havia cuidado com os espaços para a inclusão de ilustração para não errar a numeração das páginas. Não tardaram a aparecer as “sofisticadas” máquinas datilográficas elétricas, permitindo uma impressão melhor. Os laboratórios fotográficos eram responsáveis por revelar as fotos e fazer as cópias necessárias. As ilustrações em preto e branco eram feitas em rascunhos e sua versão final passava pela mão de um desenhista. Nessa época pelo menos já existia o serviço de xerox.

Os Primeiros Resultados

Os trabalhos realizados pela primeira turma e pela segunda em seu primeiro ano fazem parte, no final de 1973, de uma publicação mimeografada do Programa, marcando os dois anos do curso, intitulada: “Trabalhos Discentes”. Lá estão os nomes dos alunos, dos quais alguns já eram professores do Departamento, as disciplinas indicando os professores responsáveis e os respectivos títulos dos trabalhos escritos pelos alunos. Hoje, julgo que, dos quase 80 trabalhos relacionados, uma grande quantidade deles podia ser apresentada e aceita para publicações em periódicos da época.

Penso ser ainda mais importante destacar o sentimento reinante que embalava o grupo no êxito dos resultados que estavam sendo obtidos. Isto fica demonstrado pelo que consta nessa publicação de 1973, em sua apresentação, pela Coordenação, depois de um longo agradecimento ao apoio recebido de várias instituições e ao trabalho de todos que ministraram Disciplinas Obrigatórias e de Áreas Conexas: “Sem isso, o curso de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ não teria passado de um sonho acalentado pelo grupo de cinco professores que o implantaram e a ele vêm dando o melhor de si mesmos”.

A participação deles foi importante em vários sentidos:

Suas competências e prestígios já existentes, dentro e fora da universidade, na busca do desenvolvimento do Programa propiciaram serem disponibilizados apoios e investimentos, vindos da CAPES, do Conselho Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE), da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM), da Fundação IBGE e da própria UFRJ. Recursos chegaram para: contratar professores do país e do exterior; contratar pessoal mais habilitado para exercer serviços administrativos; conceder bolsas para estudantes; melhorar as condições das instalações e da infraestrutura disponíveis para aulas e pesquisa.

A implantação da Pós-Graduação, seus resultados e sua expansão logo repercutiram no crescimento da carga horária dos professores do Departamento, justificando e recebendo o aval da Universidade para a contratação de uma nova leva de professores.

O desenvolvimento bem sucedido de uma linha de pesquisa, além de valorizar individualmente o docente responsável, como ocorre até hoje, tornou-se fator de atração para novos alunos para o ingresso no Programa, pela possibilidade de serem orientados nas temáticas de seus interesses. Não menos importante foi também carrear recursos,

propiciando meios de desenvolvimento das infraestruturas de pesquisa realizadas pelos orientadores e por seus orientandos, bolsistas iniciantes e mestrandos.

A Consolidação do Programa

De 1972 a 1982, o curso se consolidou. Em agosto de 1982, produziu uma publicação comemorativa: “10 Anos de Pós-Graduação em Geografia na UFRJ”.

Em suas 33 páginas foram apresentadas muitas informações sobre o curso em seus 10 anos de existência, contendo:

- Nomes dos componentes de seu Quadro Permanente. Dos 12 professores relacionados, uma observação deve ser feita: Bertha Koiffmann, Jorge Xavier da Silva, Josette Lenz Cesar, Maria do Carmo Corrêa Galvão, Maria Theresinha de Segadas Soares e Waldemar Mendes constituíram os primeiros Docentes Permanentes do curso. Os demais, Carlos Minc Baumfeld, Dieter Karl Ernest Heino Muehe, Jorge Soares Marques, Maria Regina Mousinho de Meis, Maurício de Almeida Abreu e Milton de Almeida dos Santos foram incorporados na segunda metade dessa década;
- A relação de um total de 29 professores convidados, com suas titulações e datas de atuação, oriundos de diversas instituições de pesquisas e universidades brasileiras. Colaboraram principalmente como responsáveis por disciplinas;
- A relação de um total de 17 professores visitantes, suas instituições e datas de suas participações. Eram nomes importantes, em nível nacional e internacional. De um total de 17, 12 eram estrangeiros, vindos de vários países (Áustria, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, Israel, França, Inglaterra e Nigéria);
- As temáticas dos principais projetos de pesquisa: eram quatro em Geografia Humana e cinco em Geografia Física;
- Outros cursos oferecidos no período: quatro de Aperfeiçoamento, três de Atualização e um de Treinamento Profissional;
- Trinta e uma Dissertações concluídas e seis aguardando defesa na área de concentração “Organização do Espaço Urbano, Regional e Agrário”. Doze dissertações concluídas e duas aguardando defesa na área de concentração “Estruturação do Meio Ambiente”. O número total de dissertações, 51 para o período, é bastante significativo, levando em conta o pequeno quadro de orientadores presentes desde o início do curso, os quatro anos para a integralização do curso e o começo das primeiras defesas só em 1975. Os trabalhos de conclusão das turmas a partir de 1979 estavam em andamento. Portanto, foram apenas cinco anos de conclusões de dissertações.

Nesta publicação, fica evidenciada a realização de um intenso trabalho nesse primeiro período marcando, de fato, a etapa de instalação e consolidação do Mestrado. Foi desenvolvido um ambiente amplo e diversificado de contribuições oferecidas por profissionais de atuações relevantes em Geografia e em Ciências Afins. Os bons resultados iniciais ensejaram: a manutenção e diversificação de origens de apoios para o desenvolvimento das atividades acadêmicas do curso; a ampliação da aplicação de recursos na

infraestrutura administrativa; a implementação e custeio dos projetos das novas linhas de pesquisa que foram sendo criadas. Dos resultados, o mais significativo foi atender com competência a missão primeira de qualificar docentes de nível superior. Com isso, pôde atingir um nível elevado em avaliações, permitindo ampliar o atendimento à demanda de vagas para graduados de Universidades de várias partes do país e do exterior, inclusive com maiores disponibilidades de bolsas.

Assim, os resultados esperados e conseguidos contribuíram para ser dado o primeiro passo na expectativa dos mestres buscarem o doutorado e com ele expandirem o processo da Pós-Graduação no Brasil.

Novos Passos

Os mestrados formados nos quatro primeiros curso, existentes no Brasil, na década de 1970, eram também estrategicamente investimentos das universidades na qualificação de seus docentes, visando maiores voos no futuro, com a possibilidade de criação e expansão de suas Pós-Graduações.

Os alunos que concluíram o Mestrado em Geografia, que eram ou se tornaram professores do Departamento, constituíram o primeiro grupo que se habilitou, na década seguinte, a ingressar em cursos de Doutorado. Tal fato também ocorreu em outras universidades, com os alunos egressos dos quatro cursos de Mestrado existentes.

Como consequência do sucesso dos programas de Geografia, as demandas para o ingresso em doutorados cresceram. Contudo, não houve aumento significativo de vagas oferecidas, pois até 1991 só existiam no Brasil dois programas com doutorado: USP (1971) e UNESP- Rio Claro (1983). Um gargalo se estabeleceu: os cursos não tinham doutores para criar doutorados e os mestres não tinham cursos suficientes para se formarem como doutores.

A solução em curto prazo era dispor da criação de oportunidades de doutorado no exterior com bolsas, que beneficiassem docentes de universidades com programas já consolidados de mestrado. Novamente, o PPGG da UFRJ, entre as federais, saiu na frente conseguindo ter uma parcela importante de seus docentes concluindo o Doutorado no exterior até 1991. Com o ingresso deles no PPGG, foram criadas condições concretas de pleitear para o Programa a abertura do doutorado, em 1992. Além da Geografia da UFRJ, apenas a UNESP-Presidente Prudente (1995) e a UFSC (1998) tiveram seus programas de Doutorado em Geografia aprovados pela CAPES, antes do início do século XXI.

Com o ingresso dos novos doutores no PPGG se ampliaram as vagas para novos mestrados e, principalmente, doutorandos. Novas linhas de pesquisa foram desenvolvidas, careando mais recursos de custeio e para a infraestrutura. Novas relações de intercâmbio foram estabelecidas com outras universidades brasileiras e estrangeiras. Novas levas de alunos de outros estados passaram também a procurar o Doutorado. A quantidade de convites para participações em eventos científicos e bancas em outras universidades reforçaram a consideração de valor dos componentes do Corpo Docente e consequentemente do Programa. O Doutorado foi se consolidando, quantitativamente e qualitativamente, nos anos finais do século XX.

O envolvimento do Departamento de Geografia com um plano federal de abertura de graduações, visando principalmente à licenciatura, em turno noturno, teve como resultado a ampliação da carga docente de aulas. O comprometimento trouxe como “prêmio”, necessário, a concessão, aos departamentos participantes, a abertura de novas vagas para docentes. O amplo ingresso dos professores no PPGG, reduzindo suas cargas de graduação, também favoreceu o pleito por novos concursos para atender à Graduação. Considerando ou não como iniciativa estratégica, o fato é que o Departamento e o PPGG, assumindo novos encargos de trabalho, mais uma vez ampliaram seus quadros docentes.

É pertinente apontar outro efeito da implantação da Pós-Graduação. Nas aberturas de novos concursos para docentes das universidades, passaram a existir mais candidatos com mestrado e, posteriormente, com doutorado. Logo as universidades, também nos cursos de Geografia, como na UFRJ, a partir, principalmente dos anos de 1990, passaram a exigir como condição para inscrição ter o título de doutor. Ou seja, estabeleceram a entrada em seus quadros prioritariamente para docentes com nível de adjuntos. Com isso, passaram a contar com novos professores já qualificados, aptos para assumirem linhas de pesquisa e orientações em nível superior, portanto também capazes de ingressar imediatamente nos quadros de docentes permanentes da Pós-Graduação.

Os anos de 1990 até 2002 marcaram também uma grande expansão do número de programas de Mestrado em Geografia. Ao todo foram 17 novos cursos de Mestrado, conforme consta no artigo, de autoria Gerusa Maria Duarte, publicado na Revista da ANPEGE nº 1/2003, utilizada para obter as informações sobre as datas de criação dos cursos aqui mencionados. Ao todo, em 2002, o Brasil possuía, em Geografia, 26 programas de Mestrado e 11 de Doutorado. A ampliação da demanda por doutorados e as perspectivas de aberturas de novos cursos dedicados a esse nível passam a caracterizar um primeiro novo período no primeiro quarto do século XXI.

Algumas Iniciativas

A CAPES ao longo do tempo foi ampliando as cobranças em suas avaliações. Com isso os trabalhos publicados e a qualificação dos meios de difusão passaram a ter grande importância. Gradativamente, para atender à demanda crescente, novos periódicos apareceram na Geografia.

É sempre importante fazer menção às iniciativas bem-sucedidas que valorizavam o Departamento e o PPGG, como a criação do Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ. Tratava-se de uma publicação mimeografada que permitiu estabelecer, nos primeiros anos do IGEO, um processo de intercâmbio por permuta, garantindo para as bibliotecas, que atendiam aos seus cursos, o recebimento anual de exemplares de cerca de 100 títulos de periódicos nacionais e internacionais. Outra ação necessária era ampliar o pequeno acervo de livros disponíveis na literatura geográfica brasileira. Nesse sentido, ocorreu a proposta dos Profs. do Programa, Antonio José Teixeira Guerra e Sandra Baptista da Cunha, de organizarem a publicação de livros. O primeiro livro lançado em 1994, abordando a temática de Geomorfologia, com capítulos escritos por profs. do Programa, abriu caminho para a publicação de uma série de outros, com a autoria de docentes do

PPGG, incluindo novas temáticas. Contribuíram para a divulgação e valorização dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes e, conseqüentemente, do PPGG. O sucesso alcançado pelo lançamento dos livros foi exemplo seguido por outros programas.

Como agora, dotar os cursos de instrumentos e equipamento modernos era necessário para continuar garantindo o desenvolvimento de atividades dos docentes e de seus orientandos. Os professores e os alunos, na UFRJ, desde os anos de 1970, tinham acesso ao “grande” computador do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) e, depois, aos primeiros computadores de uso pessoal, que passaram a existir nas dependências da Universidade, adquiridos com recursos obtido para pesquisa. Os computadores pessoais disponibilizavam seu uso mais acessível, pelo seu modo interativo, mais fácil, oferecendo recursos em seus programas que atendiam às necessidades dos usuários.

A grande novidade foi a criação e expansão da internet que, entre outras opções disponíveis inicialmente, ampliava as comunicações pessoais ao nível mundial, a partir do seu acesso por computador. A importância desse acesso foi assumida pelo Prof. Ivan Pereira de Abreu, na época Diretor do IGEO, criando um grande projeto nesse sentido, que foi aprovado pela Universidade com recursos disponibilizados na Fundação José Bonifácio. Posteriormente, coube à administração que o sucedeu, em 1994, implantar esse projeto, tornando possível criar acesso à internet em todas as dependências do Instituto e de seus departamentos, com cerca de 100 pontos, logo instalados. Em 1998 foram instalados quadros abrigando a chegada de terminais de fibra ótica, passíveis de cabeamentos diretos para ampliar as condições de chegada da internet para todas as dependências. Isto decorreu de um grande projeto da Universidade, para cobrir toda a Ilha do Fundão com acessos mais modernos à internet. Assim, mais uma vez, o Departamento e o PPGG tiveram uma ampla oportunidade de ter condições de acompanhar e utilizar os constantes novos recursos que a internet passou a oferecer.

A Participação dos Primeiros Professores

Os Profs. Berta, Maria do Carmo e Xavier não apenas participaram do grupo que criou o Programa como também dedicaram todas as suas vidas profissionais a ele. Eles estabeleceram, com suas competências e a dedicação de suas participações, uma base sólida para o desenvolvimento do curso. Também o reconhecimento do mérito de suas atividades e produção em pesquisas foram contribuições permanentes para a boa avaliação da qualidade do curso. Com isto legaram para as novas gerações de docentes uma herança de compromissos nessa direção, que vem sendo atendida pela manutenção, ao longo de cinco décadas, da destacada conceituação do Programa do PPGG.

Ao deixar a UFRJ, em 1999, continuei atuando no ensino superior da Geografia, ingressando no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo a oportunidade de prosseguir tomando conhecimento da jornada bem sucedida do PPGG, nas duas primeiras décadas deste século, colocando entre outros destaques, a expansão do Doutorado, as condições para o Pós-Doutorado, a renovação do quadro docente, a atualização de sua infraestrutura de pesquisa, a relevância das temáticas de suas linhas de pesquisa, a abrangência de relações no âmbito nacional e

internacional e, principalmente, os resultados que apontam a continuidade da formação qualificada de mestres e doutores.

Além do depoimento que cada mestrando e doutorando pôde fazer sobre o período em que esteve como aluno do curso, os colegas que eram, como eu, alunos da 1ª turma de Mestrado e professores do Departamento tiveram a oportunidade de acompanhar mais de perto as atividades que desenvolveram os primeiros orientadores em suas trajetórias profissionais vitoriosas no Departamento de Geografia. Assim, no meu caso, acredito que possa, como os demais, além de falar um pouco sobre todos, ir além falando um pouco sobre a trajetória e a participação de meu orientador no Departamento. Fico ainda na expectativa de que os demais colegas possam também acrescentar depoimentos de seu convívio com seus orientadores, relatando fatos relevantes da carreira desses nossos mestres, presentes com significativos destaques na Geografia Brasileira desde antes da existência do PPGG.

A Profa. Lysia teve importante participação nos trabalhos de criação do Programa. Entretanto, não chegou a fazer parte do quadro permanente de docentes. Esteve presente como profa. participante em um breve período. Para os que foram seus alunos, ficou a lembrança de uma pessoa de personalidade marcante por sua objetividade e pela sua reconhecida experiência em trabalhos de planejamento. Seria possível esperar, com sua presença no Programa a iniciativa, por sua competência, de um núcleo de Pesquisa Aplicada em Geografia e ter sobre sua responsabilidade disciplinas envolvendo o ensino de Metodologias e Técnicas de Pesquisa.

Por pouco tempo também o Programa contou com a participação da Profa. Therezinha Segadas, que teve uma efetiva participação na criação do curso e na formação de professores do Departamento que se tornaram dedicados aos temas da Geografia Humana, com destaque para a Geografia Urbana.

Maria do Carmo teve uma trajetória extremamente relevante no Departamento. De 1969 a 1972 tinha a Coordenação do Centro de Pesquisa em Geografia do Brasil, mantendo a importante iniciativa do Prof. Hilgard. O Centro acabou deixando de existir. Tinha um âmbito muito abrangente, mas atingiu resultados que alavancaram as pesquisas no Departamento com a infraestrutura que montou contando com recursos obtidos para esse projeto. O caráter pioneiro de sua iniciativa ficou marcado com um significativo legado: a biblioteca setorial da Geografia.

Na Reforma Universitária e nas transferências para o Largo de São Francisco e depois para a Ilha do Fundão, o destino mais provável dos livros e mapas da biblioteca seria a Biblioteca do CCMN. A Profa. Maria do Carmo, com a sua visão sobre o valor da biblioteca da Geografia, além de prever um espaço para ela, empenhou-se pela permanência dela com a Pós-Graduação.

Com relação a esse assunto, lembro que, no Fundão, os livros chegaram na mudança e foram colocados numa dependência da Geografia. Muitos mapas ficaram jogados no chão de uma sala provisória junto às mapotecas vazias empilhadas. O grande acervo de mapas, depois de ser cuidadosamente reorganizado pela Geografia, foi levado para a Biblioteca do CCMN. Talvez a Geografia já tivesse aceito que os mapas seriam destinados para um futuro curso de Cartografia ou mesmo, depois, que seriam de interesse de vários cursos.

A Biblioteca Setorial continuou na Geografia. Desde o início de seu funcionamento, no isolamento da Ilha Fundão, passou a funcionar como suporte altamente qualificado, em função do seu rico acervo, para a pesquisa bibliográfica dos trabalhos produzidos na Geográfica Nacional e Estrangeira. Não é possível deixar de fazer menção à memória de um professor que prematuramente nos deixou, Maurício de Abreu. Ele evocou para si a herança de ser o defensor da presença e da atualização do acervo da Biblioteca. Fez campanha para que os professores do Departamento, nos seus pedidos de custeio para pesquisa, solicitassem livros pertinentes às suas linhas de trabalho, que depois de algum tempo de uso passariam a ser anexados ao acervo da Biblioteca. Foi decisiva a sua iniciativa e empenho para que os livros da Biblioteca de Lysia e Nilo Bernardes, após a morte de ambos, fossem adquiridos pela Universidade para a Biblioteca da PPGG.

A atuação de Maria do Carmo ao liderar os trabalhos da implantação do Mestrado foi de uma imensa dedicação à administração do Programa. Isto fica amplamente evidente no montante de realizações de suas gestões, conforme consta no conteúdo da já citada publicação dos 10 anos do PPGG. Manteve sempre uma participação ativa na Comissão de Pós-Graduação e no apoio às atividades do Programa. Sua participação na formação de novos professores e geógrafos não pode ficar sem o merecido reconhecimento e destaque. Em minhas lembranças está presente a admiração que nutria pela propriedade com que lidava e transmitia seus amplos conhecimentos, em seus trabalhos e nas aulas de Geografia do Brasil e Geografia Agrária.

Da Profa. Bertha, vêm logo as lembranças das aulas que ministrava para os alunos que iniciavam o curso, quando falava sobre a Geografia que eles iriam utilizar em suas carreiras. De sua presença e atuação enfatizo duas direções: a primeira, ao se dedicar aos estudos do território brasileiro, em particular à Região Amazônica, e a segunda, por sua participação no assessoramento de muitas instituições em diversas atividades e projetos. Quanto à primeira, destaco a criação do Laboratório de Gestão do Território (LAGET), um laboratório que foi agregando um grupo qualificado de pesquisadores, promovendo pesquisas relevantes em nível regional e nacional. A segunda, representa o reconhecimento público de sua capacidade e competência, como pode ser constatado em seu currículo, na plataforma Lattes, que indica o quanto foi demandada a sua participação direta em projetos e assessorias, em um número enorme de importantes Instituições. Penso que ela e Lysia representavam profissionais que, além de passar aos seus alunos significativos conhecimento teóricos, por suas experiências em trabalhos fora da Universidade, preocupavam-se em retransmitir também o valor das formas de aplicabilidade do emprego da Geografia.

Mesmo não participando diretamente nos trabalhos de elaboração no projeto do Mestrado, as presenças no quadro permanente do Programa dos professores Waldemar Mendes e Josette Lenz Cesar, que atuavam no Departamento de Geografia, foram importantes. Como profissionais renomados, respectivamente, em suas áreas de Pedologia e de Cartografia, contribuíram para a formação de geógrafos que se dedicaram ao ensino e à pesquisa em Pedologia e à aplicação e ensino dos conhecimentos cartográficos, hoje intensamente demandados na utilização do geoprocessamento.

O Prof. Jorge Xavier da Silva

Foi com o Prof. Xavier que mantive um contato maior que começou como aluno, orientando e participante de seus primeiros projetos de pesquisa.

Entre os cinco, Xavier era o mais novo docente do Departamento. Ele se destacava com seu entusiasmo e sua dedicação em avançar no campo do conhecimento e na obstinação por levar adiante suas propostas e iniciativas, cujo valor sempre defendia trazendo a força de suas argumentações e a sua grande veemência. A abertura de sua principal direção de pesquisa conferiu-lhe relevante prestígio pessoal, contribuindo para carrear importante procura de estudantes interessados em sua orientação no aprendizado da linha de trabalho que produzia. Seu falecimento, no ano passado, foi muito sentido, não faltando a lembrança, por todos, do seu valor como pessoa e de sua iniciativa pioneira na criação e na disseminação do uso de um Sistema de Informações Geográficas. Percorreu um caminho que lhe permitiu assimilar conhecimentos diversificados e valiosos para concretizar uma carreira de grande sucesso profissional.

Em 1965, ingressou no quadro de professores do Departamento. Tinha concluído o Mestrado em 1963, nos Estados Unidos, na Universidade de Louisiana, tendo como temática de interesse a Geomorfologia.

Quando ingressei no curso de Geografia em 1966, era o seu segundo ano como professor. Logo no primeiro ano, pelo meu bom desempenho, ele me convidou para ser seu bolsista de Iniciação. Fiquei bastante motivado a partir do que passei entender nos primeiros trabalhos de campo, em sábados ou domingos, fazendo medições em seixos que existem no topo de elevações no bairro do Méier, no Rio de Janeiro.

Nessa ocasião ele já estava envolvido em pesquisas de Geomorfologia Climática. Ele e a Profa. Maria Regina Mousinho de Meis passaram a estabelecer relações com João José Bigarella, que desenvolvia sua linha de pesquisa nessa temática.

Esse interesse resultou na sua participação em trabalhos publicados:

1. Com a Profa. Regina produziu e publicou trabalhos que ganharam destaque, referentes à ocorrência de grandes movimentos de massa a partir de chuvas intensas na cidade do Rio de Janeiro, em 1966/1967, que resultaram em grandes prejuízos materiais e infelizmente em centenas mortes.
2. Com a Profa. Regina e o Prof. Bigarella, fez trabalhos sobre a temática relacionada à Geomorfologia Climática, que constituíram uma edição especial do *Boletim Paranaense de Geografia* (v.16/17), e que, em função das questões relativas às mudanças climáticas atualmente, merece consulta.

Apesar dos bons resultados, o Prof. Xavier acabou tomando outro rumo em sua atuação na Geomorfologia. Seu envolvimento em direção ao doutorado, em 1969, nos Estados Unidos, na Universidade de Louisiana, trouxe-lhe um novo foco de interesse à Geomorfologia Costeira. Nesse sentido, sua tese e seus projetos passaram a seguir essa linha, abrindo pesquisas em áreas costeiras, como a Baixada de Jacarepaguá.

Desde cedo, pude perceber que tinha sempre uma grande preocupação: viabilizar os meios para o desenvolvimento de pesquisas que tivessem aplicabilidade. Em parceria

com a Profa. Maria Luiza, conseguiu aprovar projetos que trouxeram recursos para a aquisição de instrumentos e equipamentos, capazes de apoiar trabalhos de campo e criar a primeira infraestrutura do Laboratório de Geomorfologia na Ilha do Fundão.

De volta, com o doutorado realizado, não apenas intensificou suas atividades de pesquisa, mas também passou a destacar a importância do uso de técnicas quantitativas, vivenciadas nos cursos que fez e no emprego delas em sua tese. Logo conseguiu, com seu projeto, adquirir calculadoras programáveis, contendo programas para fazer testes estatísticos. Buscou utilizar os recursos de computação do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE/UFRJ), assim como incentivar os seus orientandos a se iniciarem no uso do computador.

No início dos anos de 1970, além das possibilidades do uso de computadores, havia o destaque na utilização do conteúdo da Teoria Geral dos Sistemas (TGS) que, entre outras aplicações, passou a ter grande aplicação em estudos ambientais, pois eles tinham entrado em evidência, face aos graves problemas causados pela poluição, detectados em diversos lugares no planeta.

Além de utilizar os conteúdos das técnicas de quantificação, da TGS e da Análise Ambiental em suas aulas e pesquisas, o Prof. Xavier contribuiu com sugestões e endossos valiosos a essas disciplinas oferecidas aos mestrandos. Ele as julgava importantes para a Geografia e, em particular, para dar suporte às linhas de pesquisa em Geografia Física. O Mestrado também teve uma disciplina que ensinava a utilização de um programa de computador para realizar mapeamento de dados. Esse programa era o SYMAP, criado na Universidade de Havard e adquirido pelo NCE, que utilizava de forma automatizada as técnicas usadas na produção mapas de isolinhas. Embora os resultados, pela manipulação dos dados, ganhassem mais precisão, a apresentação impressa mecanicamente em formulário contínuo era extremamente “primária”. Entre outras características, havia distorção da escala, não traçava automaticamente linhas, usava letras e símbolos superpostos para mostrar intensidades e, para mapas maiores, havia a necessidade de recortar com tesoura o formulário e colar os pedaços com fita adesiva para formar o mapa

No mestrado, o Prof. Dieter, o Prof. Elmo e eu, com interesses em Geomorfologia tomamos caminhos relativamente diferentes: O Prof. Elmo fez sua dissertação orientado pelo Prof. Bigarella, posteriormente passou a trabalhar inicialmente na linha de pesquisa desenvolvida por Regina. Mais adiante, foi aprovado em concurso para o setor de Sedi-mentologia do Departamento de Geologia do IGEO. Em sua trajetória profissional continuou atuando sem se desligar do vínculo com a Geomorfologia e a Geografia.

O Prof. Dieter concluiu seu mestrado orientado pelo Prof. Xavier, porém, continuou seu caminho de qualificação, indo ao exterior fazer seu doutorado e mantendo na volta sua atividade centrada na Geomorfologia Costeira.

Fiz meu mestrado orientado pelo Prof. Xavier. Apesar de abrir projetos, depois do Mestrado, sob a minha responsabilidade em Geomorfologia Costeira e Fluvial, continuei atuando também como participante em seu projeto, pelo meu interesse no aprendizado e na prática de utilização de técnicas quantitativas. Em função disso, acompanhei seu trabalho em parte do caminho que o levou a criar, de forma pioneira, um Sistema de Informação Geográfica (SGI) e o seu Laboratório.

A utilização da importância do uso do computador e a divulgação dos seus trabalhos lhe possibilitaram vários convites para ministrar cursos em diversas universidades. Na época, poucas universidades possuíam computadores e, como agora, havia o interesse em adquirir equipamentos de maior capacidade. Com a aquisição dos novos, alguns antigos acabaram sendo “melhorados” e disponibilizados para outras universidades. Na ocasião, para viabilizar a realização dos cursos nessas universidades, todos os programas utilizados tiveram que ser adaptados. Com isto o grupo de pesquisa acabou ganhando capacitação em programação para atender à criação de programas com novas aplicações.

Minha dissertação, apresentada em 1976, foi talvez a concretização de um primeiro teste, com as ideias e orientações do Prof. Xavier, usando procedimentos e técnicas reunidas para atender objetivos específicos sobre uma área com lugares identificados por suas posições. O objetivo era fazer comparações geomorfológicas entre duas baixadas costeiras no Rio de Janeiro, Jacarepaguá e Sepetiba, representadas por duas matrizes, onde, em cada posição delas, eram coletados dados e informações de suas características físicas, manuseados em testes estatísticos, permitindo comparar resultados obtidos, com computador, nessas posições plotadas manualmente em mapas. Ela já visualizava um caminho futuro de aplicabilidades. Isto pode ser visto pelo que consta nos objetivos da dissertação: “Por outro lado, com objetivo menor, mas ainda importante, este trabalho apresentou subsídios para o estabelecimento de Bancos de Dados Geográficos e de Sistemas de Monitoria Ambiental”.

Como sempre, sua visão no futuro, o levou o Prof. Xavier a um contato importante com algo de novo que estava acontecendo no Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), no início de início de 1975. Lá estavam sendo produzidas imagens de satélites que cobriam, na época, pelo menos uma vez por mês, o território brasileiro. Começava o interesse do Instituto por criar e divulgar as utilidades possíveis da imagem para difundir o seu uso. Apesar das imagens só permitirem análises por interpretações visuais da fotografia geral das reflectâncias captadas da superfície, representava um grande avanço, pois permitia a caracterização de aspectos físicos de uma área e a possibilidade de observar mudanças ocorridas ao longo do tempo no mesmo local. Além disso, cada dado recolhido era definido pela posição de um pixel, que cobria uma área. Assim levando em conta escalas, uma quadrícula no mapa poderia ser coberta por um pixel da imagem, ou por vários.

Em sua passagem pelo INPE, teve participações de assessoria e orientação de trabalhos, tendo acompanhado, até 1978, o aperfeiçoamento da disponibilização das imagens em resolução e as possibilidades de utilização de suas informações que passaram, de um uso visual, para armazenamento e manipulação em fita, lida por computador. Mesmo como fitas, as imagens eram caras e o usuário tinha que ter acesso a um grande computador para a sua leitura e manuseio. É sempre interessante informar que na época não existiam equipamentos para fazer escaneamentos e plotagens.

No seu Pós-Doutorado, na Universidade da Califórnia, em 1977, adquiriu mais conhecimentos sob técnicas de quantificação.

Aos poucos, foram sendo absorvidas e acumuladas noções sobre como poderia ser estruturado um sistema. Vários programas passaram a existir, feitos isoladamente, mostrando aplicações de técnicas quantitativas sobre dados que podiam ser apresentados

sob forma de mapas. Eles foram essenciais para demonstrar a potencialidade que teriam ao serem agregados em um sistema.

Faltava a presença dedicada de técnicos com capacidade de criar programas e utilizar novos recursos computacionais para armazenar e manusear dados e informações georreferenciados, reunindo resultados para atingir os objetivos de usos pretendidos. Isto foi possível quando, ao tomarem conhecimento do trabalho que ele desenvolvia, foi requisitado para dirigir a Divisão de Informática do Projeto e nela criar um Sistema Informações para RADAMBRASIL. Esse projeto foi responsável pelo mapeamento de recursos naturais, cobrindo todo o território brasileiro na escala trabalhada de 1:250.000 e, no final, mapeada e disponibilizada de 1:1.000.000, com o uso de imagens de radar. Em 1981, o projeto foi extinto. Seu acervo e parte de seu pessoal foram para o IBGE. O Prof. Xavier retornou à UFRJ, tendo cumprido sua missão com a construção do sistema SIGA/RADAMBRASIL, que ele mesmo considerou ser o primeiro que desenvolveu.

Ele tinha deixado seu projeto acadêmico na universidade sob a responsabilidade do Prof. Mauro Sérgio Fernandes Argento, também seu orientando no Mestrado, a Profa. Maria Luiza e eu. Pouco antes da sua volta, o compromisso de trabalho, que teve sua orientação, foi concluído e o resultado publicado na revista *Geografia* (v.5, n. 15/16). Na sua volta, redefinindo seu projeto, constituiu e comandou uma equipe que se empenhou em produzir programas que se integraram na construção pioneira de um Sistema de Informações Geográficas dedicado à Análise Geoambiental (SAGA). Logo em seguida fundou seu Laboratório de Geoprocessamento (LAGEOP), onde o Sistema passou a ser ensinado em suas aulas na Graduação e na Pós-Graduação, assim como amplamente disponibilizado para o desenvolvimento de seus trabalhos de pesquisa e de seus orientandos, na elaboração de monografias, dissertações e teses.

A sua realização pessoal passava por saber do sucesso da carreira profissional de seus orientados e que, através deles, podia ser demonstrado o valor dos seus ensinamentos e a aplicabilidade de instrumentos e técnicas que criava. A colocação do SAGA, para a sua utilização no ensino e na pesquisa em laboratórios na UFAL, UFRRJ e UFJF constitui um efeito multiplicador de sua atuação, exemplificando o quanto prezava poder tornar disponível o uso e aplicação do seu Sistema.

Outro aspecto importante se refere à velocidade com que os equipamentos utilizados, ditos de informática, tornam-se ultrapassados, necessitando da aquisição de novos. Ter os novos pode significar continuar a fazer o mesmo que fazia apenas de uma forma melhor. Contudo, a questão também passa por poder avançar e utilizar os novos recursos. Nesse sentido, o Prof. Xavier tinha sensibilidade para entender que precisava atualizar seus equipamentos e torná-los um meio para atender às novas demandas de pesquisas.

Pouco antes do século XX, conseguiu renovar os equipamentos de seu Laboratório e paralelamente, como sempre, não parava de investir em novas realizações. No início deste século produziu o Sistema de Vigilância e Controle (VICON). Também não negligenciava o aprimoramento do que já existia, não sendo diferente com o seu novo Sistema, que cada vez mais foi ganhando maiores disponibilidade de recursos com sua interação com o SAGA e associação WEB, consequentemente ampliando enormemente

sua aplicabilidade. É sempre importante assinalar a gratuidade com que disponibilizava os instrumentos de pesquisa que desenvolveu.

Os sistemas que criou foram grandes realizações profissionais. Julgo que eles também lhe trouxeram grandes satisfações. Concretizaram as suas ideias de que o caminho que escolheu trabalhar chegaria a criar e disponibilizar ferramentas úteis para aplicações da Geografia para que atendessem às demandas da sociedade. O caminho passou pela sua orientação de um teste em minha dissertação, como relatei, e chegou a um resultado concreto, o VICON (Banco de Dados Geográficos e Sistema de Monitoramento Ambiental).

Atendendo aos convites que me fez para participar de bancas de Mestrado e de Doutorado, tive oportunidades de continuar constatando a qualidade dos trabalhos que orientou e, principalmente, a aplicabilidade da utilização dos seus sistemas. Foram muitos trabalhos também de alunos vindos de outras áreas, buscando a possibilidade de agregar à sua formação o conhecimento e a abordagem geográfica. Impressionava também a grande diversidade de temáticas que utilizaram os recursos disponíveis com resultados significativos. Outro aspecto a ressaltar é a possibilidade de dados e questões sociais a serem trabalhadas no sistema com propriedade, como por exemplo, as temáticas voltadas ao tratamento dos riscos ambientais, conforme consta em dissertações e teses que orientou e trabalhos que publicou.

Em que medida a participação do Prof. Xavier foi importante para o PPGG? Ele e as Profs. Bertha e Maria do Carmo, além de terem criado o PPGG, construíram uma carreira que os colocaram como professores e geógrafos com nomes gravados na história da Geografia Brasileira. Carrearam, portanto, os seus prestígios para valorizar a avaliação do Programa e, mais que isto, contribuindo para o cumprimento do objetivo de formar com qualidade um grande número de mestre e doutores em Geografia, que continuam trabalhando e aperfeiçoando suas linhas de pesquisa. Ressalto ainda, como pode ser visto em seu currículo, na Plataforma Lattes, a extensa e expressiva produção e o recebimento, em vida, de muitos importantes prêmios e homenagens por suas realizações.

O Prof. Xavier também teve um papel decisivo em reconhecer e apostar na importância da utilização de computadores por formandos em Geografia, apesar de uma primeira derrota, quando, certamente por sua iniciativa, endossou a inclusão da computação nos currículos de Geografia de Graduação e da Pós-Graduação, como disciplinas de caráter eletivo. Naquela ocasião, em torno do ano de 1973, a introdução à computação no NCE foi disponibilizada como disciplina, atendendo ao interesse crescente de alunos oriundos de vários cursos. Ensinava a fazer programa para o computador e não a utilizar recursos por ele disponibilizados, aplicados às áreas de formação dos alunos. Muitos exercícios consistiam em fazer programas para resolver automaticamente cálculos matemáticos e eram cobrados em avaliações. Alunos inscritos, incluindo os da Geografia, percebendo que não estavam aprendendo a usar programas do computador e sim a serem programadores, desistiram da disciplina e motivaram o seu cancelamento na grade de seus cursos. O interesse do Prof. Xavier continuou estimulando os que com ele trabalhavam em suas pesquisas a fazer programas para uso da Geografia.

Com a chegada dos computadores pessoais, já trazendo programas a serem utilizados, tornaram-se mais acessíveis. Inicialmente, ele e outros poucos geógrafos, por usarem e acreditarem na importância do computador como instrumento de grande poten-

cialidade de utilização, assumiram ensinar na Geografia o Geoprocessamento, que não demorou a ser uma disciplina enquadrada na Geografia Física. O uso do computador e do Geoprocessamento fazem parte do aprendizado dos alunos, hoje necessário para o desenvolvimento de suas atividades como professor ou geógrafo.

Deixo aqui também registrada a frase que o Prof. Xavier sempre repetia e que refletia muito do seu pensamento em relação aos trabalhos de pesquisa. Era disponibilizada aos alunos e orientandos: “O entusiasmo não supera a técnica”. Era o bordão usado para dizer que a pesquisa pressupõe um trabalho sistemático, a adoção de uma metodologia que se realiza com o uso de métodos e técnicas. Ter a ferramenta apropriada e a vontade de fazer não leva, necessariamente, a um bom resultado. É preciso apreender como a usar de forma correta e adquirir prática no seu uso.

Concluindo

Julgo também oportuno lembrar de incluir nas homenagens as significativas participações, direta e indireta, de funcionários administrativos e técnicos. Seus trabalhos, desde o início do Programa, contribuem para o sucesso das atividades realizadas. Na impossibilidade de nomear todos os funcionários, tomo os nomes de Oswaldo Elias Abdo e de Rosângela Garofalo como seus representantes, ressaltando o importante papel que tiveram no LAGEOP, durante décadas, apoiando e participando nas atividades de ensino e pesquisa do Prof. Xavier.

Não podia deixar de fazer menção ao ambiente construído no Instituto de Geociências, com contribuições e apoios, ao longo do tempo, de suas administrações ao desenvolvimento das atividades de seus departamentos e de seus programas de Pós-Graduação. Desta forma, as homenagens ao PPGG se estendem ao IGEO, do qual ele faz parte.

São 50 anos de realizações que merecem homenagem para os que criaram o Programa, para os que implementaram e desenvolveram seus cursos e para todos que até hoje contribuem para manter o alto nível de avaliação do Programa.

Desafios novos sempre existirão e o exemplo da construção do presente, que hoje é uma base sólida, será estímulo para novas realizações e para continuar mantendo pelo caminho do futuro o alto conceito do Programa.

A trajetória do Programa está certamente inserida na história da Geografia Brasileira, assim como os participantes de seu quadro docente pelo valor de seus trabalhos desenvolvidos no ensino e na pesquisa e na formação de mestres e doutores.

Recebido em: 15/07/2022.

Aceito em: 10/08/2022